UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - U N C I S A L
(Transformada pela Lei nº 6.660 de 28 de dezembro de 2005)
COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO - CPIA

David Lima - ASCOM/Uncisal

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA:
(Previsão Legal da Lei nº 5.247/1991)

Instruções elaboradas pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.
(Instituída através da Portaria/UNCISAL nº 412/2015, datada de 25 de setembro de 2015)

VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA/UNCISAL:

PAULO JOSÉ MEDEIROS DE SOUZA COSTA

EQUIPE CPIA:

AFRANIO JORGE DA SILVA – PRESIDENTE

MÁRCIA VALÉRIA LEITE PINHEIRO – VOGAL

JANILCE MARINHO DO BOMFIM – VOGAL

MONA LISA BARROS CÂMELO – SECRETÁRIA

VALDIZA TORRES DE LIMA TERTO – SUPLENTE

MARIA DE FÁTIMA REZENDE ROCHA OITICIA – SUPLENTE

1. PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA CPIA

38 Maceio - sexta-feira 25 de setembro de 2015 | Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI Nº 7.397/2012 | Diário Oficial Estado de Alagoas

7.3.3.3 e 7.3.3.5 do edital, e Pollydutos Montagem e Construção Ltda., pelo não atendimento do item 7.3.3.5 do edital.
Face ao exposto, subam os autos à Diretoria Executiva para apreciação dos recursos quanto aos itens não reconsiderados pela CPL.
Maceió, 18 de setembro de 2015.
Bárbara Virginia Figueredo da Silva - Presidente
Sidney César Dias Gonçalves - Membro
Edmilson Silva Vasconcellos - Membro

Decisão DIREX:
Diante de todo o exposto, acata-se o parecer da consultoria jurídica de fls. 3378/3395, aprovado pela Assessoria Jurídica da ALGÁS (fls. 3396), cuja fundamentação fica fazendo parte desta decisão, para conhecer dos recursos interpostos pelas licitantes, apenas quanto aos itens não reconsiderados pela CPL e, no mérito NEGAR-LHES TOTAL PROVIMENTO.
Maceió, 21 de setembro de 2015.
Arnóbio Cavalcanti Filho - Diretor Presidente
Flávio Borges Barros - Diretor Técnico e Comercial
Luciano Couto Rosa Guimarães - Diretor Administrativo e Financeiro

Convocação para sessão de abertura de envelopes de preço:
Considerando a Decisão da Diretoria Executiva da ALGÁS, que negou provimento aos recursos interpostos pelas licitantes Egelte Engenharia Ltda, Pollydutos Montagem e Construção Ltda, Tecmaster Serviços Técnicos Ltda e Vipetro Construções e Montagens Industriais Ltda, intimem-se os licitantes da referida decisão e da sessão pública de abertura dos envelopes das propostas de preços, que designo para o dia 30 de setembro de 2015 às 09h00min na sede da ALGÁS.

Maceió-Al, 24 de setembro de 2015.

Edmilson Silva Vasconcellos
Presidente da Comissão de Licitação em Exercício
Protocolo 200257

CONCORRÊNCIA Nº 003/2014

Interessados: RECORRENTES - Egelte Engenharia Ltda; Tecmaster Serviços Técnicos Ltda; e Vipetro Construções e Montagens Industriais Ltda.

Ficam intimados os licitantes participantes da Concorrência nº 003.2014 das decisões proferidas em sede de Recurso Administrativo, cujas transcrições de seus dispositivos seguem abaixo, juntamente com a convocação para a sessão de abertura dos envelopes de preço:

Decisão CPL:
Considerando os pareceres técnico e jurídico cujos fundamentos ficam fazendo parte integrante desta decisão, a CPL decide, nos termos do §4º, do art. 109 da Lei 8.666/93, RECONSIDERAR PARCIALMENTE do julgamento da habilitação da Concorrência 003/2014, para: em relação ao recurso interposto pela Egelte Engenharia Ltda, considerar atendido o requisito de habilitação previsto no item 7.3.3.2 do edital pela apresentação de atestado de capacidade técnica e comprovando a prestação de serviço compatível com o objeto da licitação para empresa distribuidora de hidrocarboneto (MSGÁS), ainda que na condição de subcontratada.
Quantos aos demais pontos dos recursos da Egelte Engenharia Ltda, bem como quanto aos recursos interposto pelas licitantes Tecmaster Serviços Técnicos Ltda e Vipetro Construções e Montagens Industriais Ltda, a CPL mantém os termos da decisão recorrida, inclusive mantendo a inabilitação da licitante Egelte Engenharia Ltda, pelo não atendimento dos itens 7.3.3.3 e 7.3.3.5 do edital.
Face ao exposto, subam os autos à Diretoria Executiva para apreciação dos recursos quanto aos itens não reconsiderados pela CPL.
Maceió, 18 de setembro de 2015.
Bárbara Virginia Figueredo da Silva - Presidente
Sidney César Dias Gonçalves - Membro
Edmilson Silva Vasconcellos - Membro

Decisão DIREX:
Diante de todo o exposto, acata-se o parecer da consultoria jurídica de fls. 2375/2388, aprovado pela Assessoria Jurídica da ALGÁS (fls. 2389), cuja fundamentação fica fazendo parte desta decisão, para conhecer dos recursos interpostos pelas licitantes, apenas quanto aos itens não reconsiderados pela CPL e, no mérito NEGAR-LHES TOTAL PROVIMENTO.
Maceió, 21 de setembro de 2015.
Arnóbio Cavalcanti Filho - Diretor Presidente
Flávio Borges Barros - Diretor Técnico e Comercial
Luciano Couto Rosa Guimarães - Diretor Administrativo e Financeiro

Convocação para sessão de abertura de envelopes de preço:
Considerando a Decisão da Diretoria Executiva da ALGÁS, que negou provimento aos recursos interpostos pelas licitantes Egelte Engenharia Ltda, Tecmaster Serviços Técnicos Ltda e Vipetro Construções e Montagens Industriais Ltda, intimem-se os licitantes da referida decisão e da sessão pública de abertura dos envelopes das propostas de preços, que designo para o dia 30 de setembro de 2015 às 09h00min na sede da ALGÁS.

Maceió-Al, 24 de setembro de 2015.

Edmilson Silva Vasconcellos
Presidente da Comissão de Licitação em Exercício
Protocolo 200266

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)

PORTARIA/UNCISAL Nº 412/2015

O Vice-Reitor no Exercício da Reitoria da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, no uso de suas atribuições delegadas pelo Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 28 de outubro de 2009 e com fulcro na Lei Delegada Nº 44 de 08 de abril de 2011, RESOLVE: Instituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, composta pelos membros a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro, a partir de 01 de setembro de 2015:
Afranio Jorge da Silva - 34244-0 - Presidente
Membros:
Márcia Valéria Leite Pinheiro - 337-9.
Janilce Marinho do Bomfim - 25008-2.
Secretária: Mona Lisa Barros Camêlo - 44146-5.
Maria de Fátima Rezende Rocha Oiticica - 911-3 - Suplente
Valdiza Torres de Lima Terto - 11052-6 - Suplente

Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS, Maceió/AL, 31 de Agosto de 2015.

PAULO JOSÉ MEDEIROS DE SOUZA COSTA
VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA
* Republicada por incorreção.
Protocolo 200191

O REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL DESPACHOU EM DATA DE 24/09/2015 O SEGUINTE PROCESSO:
PROC: 41010-13249/2014 - INT: HEPRA/UNCISAL - ASS: - DESP: Acolho o entendimento posto no DESPACHO-COJUR/UNCISAL nº 295/2015, pelas razões nele contidas.
PROC: 41010-10297/2015 - INT: CPML/UNCISAL - ASS: ADESÃO DE ATA - DESP: Acolho o entendimento posto no PARECER-COJUR/UNCISAL nº 133/2015, pelas razões nele contidas.
PROC: 41010-12149/2015 - INT: GSEAD/UNCISAL - ASS: PAGAMENTO À EMPRESA VAP - DESP: Acolho o entendimento posto no DESPACHO-CJ/UNCISAL nº 1.235/2015, pelas razões nele contidas.
PROC: 41010-12151/2015 - INT: GSEAD/UNCISAL - ASS: PAGAMENTO À EMPRESA VAP - DESP: Acolho o entendimento posto no DESPACHO-CJ/UNCISAL nº 1.234/2015, pelas razões nele contidas.
UNCISAL, em Maceió (AL), 24 de setembro de 2015.
Prof. Dr. Paulo José Medeiros de Souza Costa
Reitor no exercício da Reitoria/Uncisal
Protocolo 200291

ÍNDICE

1. PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA CPIA 3
2. APRESENTAÇÃO 7
3. FLUXOGRAMA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DA CPIA/UNCISAL 8
4. INSTRUÇÕES PARA ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 9
5. PRINCIPAIS MODELOS PARA SINDICÂNCIA 13
5.1 - MODELO: 1 14
Portaria de Designação de Comissão de Sindicância 14
5.2 - MODELO: 2 15
Ata de Instalação da Comissão e de início dos trabalhos 15
5.3 - MODELO: 3 16
Termo de Fidelidade dos membros 16
5.4 - MODELO: 4 17
Portaria de designação do Secretário da Comissão 17
5.5 - MODELO: 5 18
Memorando à autoridade instauradora comunicando o início dos trabalhos 18
5.6 - MODELO: 6 19
Memorando à autoridade local comunicando o início dos trabalhos 19
5.7 - MODELO: 7 20
Ata de deliberação da comissão 20
5.8 - MODELO: 8 21
Intimação para servidor testemunhar 21
5.9 - MODELO: 9 22
Memorando ao chefe da unidade comunicando intimação de servidor para prestar depoimento como testemunha ou para ser interrogado como acusado 22
5.10 - MODELO: 10 23

Intimação para não servidor testemunhar 23
5.11 - MODELO: 11 24
Termo de inquirição de testemunha 24
5.12 - MODELO: 12 26
Intimação para Acareação 26
5.13 - MODELO: 13 27
Termo de acareação 27
5.14 - MODELO: 14 29
Termo de diligência 29
5.15 - MODELO: 15 30
Portaria de designação de peritos 30
5.16 - MODELO: 16 31
Quesitos da comissão para o perito 31
5.17 - MODELO: 17 32
Termo de juntada de Documentos 32
5.18 - MODELO: 18 33
Termo de abertura de vista (ou de concessão de cópia) 33
5.19 - MODELO: 19 34
Termo de indiciação do acusado (servidor) 34
5.20 - MODELO: 20 36
Termo de imputação de responsabilidade do acusado (não servidor) 36
5.21 - MODELO: 21 38
Intimação de acusado (servidor) para interrogatório 38
5.22 - MODELO: 22 39
Intimação de acusado (não servidor) para interrogatório 39
5.23 - MODELO: 23 40
Termo de interrogatório de acusado 40
5.24 - MODELO: 24 42
Citação de servidor para apresentar defesa 42

5.25 - MODELO: 25 43
Citação de não servidor para apresentar defesa 43
5.26 - MODELO: 26 44
Citação, por edital, de indiciado que se encontra em lugar incerto e não sabido 44
5.27 - MODELO: 27 45
Termo de revelia 45
5.28 - MODELO: 28 46
Memorando solicitando a designação de defensor dativo 46
5.29 - MODELO: 29 47
Portaria de designação de defensor dativo 47
5.30 - MODELO: 30 48
Relatório da comissão 48
5.31 - MODELO: 31 51
Julgamento 51
5.32 - MODELO: 32 53
Despacho da autoridade instauradora, agravando penalidade de suspensão 53
5.33 - MODELO: 33 54
Portaria de aplicação de penalidade 54
6 - BIBLIOGRAFIA 55

2. **APRESENTAÇÃO**

Visando sempre atingir o principal objetivo desta CPIA e, de acordo com o que disciplina o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, Lei nº 5.247/1991, elaboramos este manual para que a Ação Disciplinar tenha seu início a teor do Art.145, uma vez que a competência e determinação para abertura da Sindicância Administrativa é do superior hierárquico onde a irregularidade se registrar. (Art.151)

Este Manual tem por finalidade orientar a condução do Processo de Sindicância Administrativa, sob uma perspectiva prática e acessível, a fim de que todos possam conduzir com maestria e consigam chegar a uma conclusão dentro dos ditames da Lei.

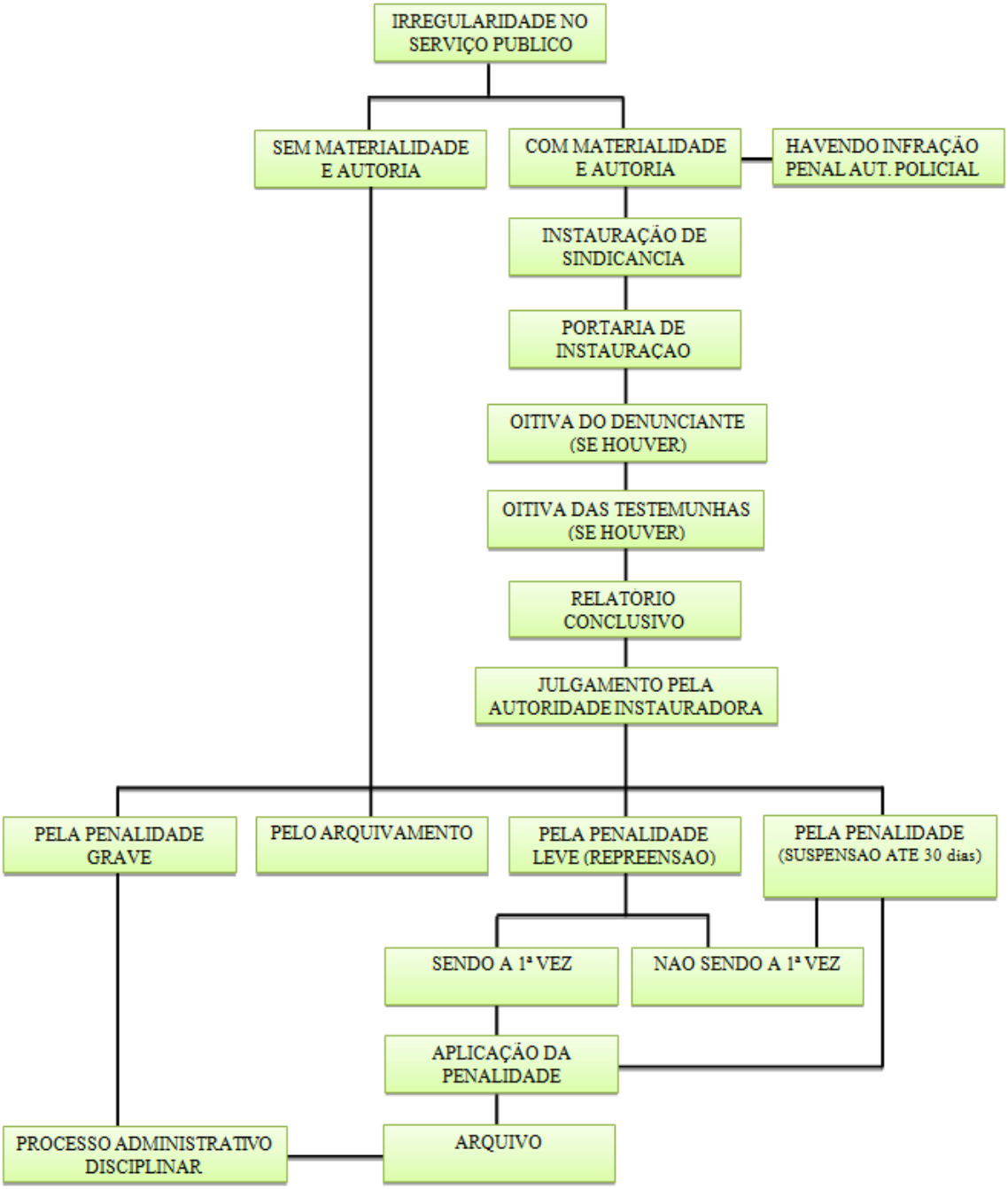
Trata-se, também, de uma garantia da uniformização de procedimentos; uma segurança para o servidor que será questionado dentro de regras claras e previstas na legislação; uma orientação de fácil compreensão; um guia para formação de possíveis comissões, além de uma referência objetiva para o exercício da defesa e do contraditório.

Esperamos que tenhamos contribuído com nossas pesquisas e ensinamentos para a melhoria processual, como também estaremos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, dúvidas e críticas que poderão surgir e adequações para atingirmos os fins desejados, observando-se o princípio da legalidade.

AFRANIO JORGE DA SILVA

PRESIDENTE

3. FLUXOGRAMA
SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DA CPIA/UNCISAL



Fonte: Adaptado da Unemat

4. INSTRUÇÕES PARA ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Para que possamos adentrar no mérito acerca da **Sindicância Administrativa,** necessário se faz que tenhamos conhecimento do disposto na Lei nº 5.247/1991, que versa sobre o **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas.**

O Título V da citada Lei, que trata da **Ação Disciplinar**, determina que toda e qualquer autoridade que tiver ciência de irregularidades cometidas na esfera pública, tem obrigação de promover sua imediata apuração, mediante abertura de **Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar**, sem deixar de assegurar ao acusado os princípios da ampla defesa e do contraditório. (Art.145)

Prosseguindo, em seus artigos 146 a 148, determina que as denúncias sejam sempre objeto de apuração, desde que obedeçam ao disposto no art.146, e que: caso o fato não venha a configurar infração disciplinar ou ilícito penal, deverá ser procedido o arquivamento da denúncia ante a falta de objeto (art.147); nos casos de aplicação de penas de advertência, censura ou suspensão e confessada a falta ou documentalmente comprovada e até mesmo de manifesta evidência, a sanção poderá ser aplicada a critério da autoridade competente, independente de prévia **Sindicância ou Inquérito Administrativo**, vide art.148.

Já o contido no art.149, diz que: "*Tratando-se irregularidade punível com suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, destituição de função ou cassação de aposentadoria e disponibilidade, dispensar-se-á a cautela de investigação sindicante como medida preliminar ao processo administrativo disciplinar, sempre que não pairar dúvidas sobre a identidade do infrator.*"

Diante do acima, podemos afirmar que a **Ação Disciplinar** é indispensável para apuração de irregularidades no serviço público e que, deverão ser promovidos todos os meios para sua elucidação, de conformidade com a Lei nº 5.247/1991.

No caso específico da **Sindicância Administrativa**, conforme prevê o Art. 150 da Lei 5.247/1991, "*Será procedida a instauração de* ***sindicância***

***administrativa**, na esfera do serviço público estadual, sempre que, havendo notícias do **ato ou fato que represente irregularidade de certa ou ponderável gravidade, inexista certeza** ou forte probabilidade de sua ocorrência ou **não haja segurança quanto à autoria"**. (grifos nossos).*

Convém ressaltar que a **Sindicância Administrativa** poderá ser realizada em caráter sigiloso, desde a determinação de sua abertura, sempre a critério da autoridade.

Segundo o Art. 151 da Lei 5.247/1991, "*É competente para determinar a abertura de **sindicância administrativa**, sem prejuízo da faculdade que para tal fica aos seus superiores hierárquicos conferida, **o Chefe do estabelecimento de ensino ou órgão,** onde a irregularidade se registrar." (grifos nossos)*

Neste mesmo dispositivo legal, mais precisamente em seu Art.152, consta que, do ato determinativo da instauração, deverá ser designada a competente Comissão ***(servidores),*** nunca inferior a 03 (três) membros, na seguinte ordem:

a– Presidente;
b– Membro (um);
c– Secretaria (uma);

A **Sindicância *inicia-se com a Denúncia ou Representação devidamente instruída***, seguida da juntada do original do ato que determinou a sua abertura e da Portaria publicada em Diário Oficial do Estado, previsão legal do art. 152 da Lei 5247/91. Registre-se que em se tratando de Sindicância sigilosa, fica dispensada a publicação de Portaria.

Para realização da **Sindicância**, os procedimentos abaixo deverão ser seguidos, a teor do art.153:

I- instalação da comissão;

II- inquirição do autor da representação, havendo, e das testemunhas do fato;

III- exame dos documentos que possam esclarecer a informação;

IV- ouvida do indiciado;

V- assinação de prazo de 05 (cinco) ao indiciado para arrolar testemunhas e apresentar provas documentais;

VI- oferecimento do relatório circunstanciado e conclusivo à autoridade responsável pela instauração da sindicância.

Sempre que for instaurada a **Sindicância**, o servidor é chamado para acompanhar e prestar esclarecimentos a Comissão, pessoalmente ou por intermédio de procurador, art. 154;

Se for constatado que algum acusado esteja em lugar incerto e não sabido, sua convocação será pelo Diário Oficial do Estado – art. 154, §1º da Lei 5.247/91;

Caso não seja atendida a convocação, a comissão deverá designar defensor, de acordo com o art. 154, §2º da Lei 5247/91;

Conforme previsão legal contida no art.155, durante a Sindicância e havendo necessidade, poderão ser promovidas diligências e perícias que forem indispensáveis à elucidação do fato.

Finalizando, **a Sindicância Administrativa** deverá ser concluída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, podendo resultar no abaixo, de acordo com os artigos 156 e 157:

I- ***arquivamento*** do processo;
II- aplicação de ***penalidade e advertência ou a suspensão*** de até 30 dias;
III- ***instauração de Processo Administrativo Disciplinar.*** *(grifos nossos)*

De regra geral, a **Sindicância** será ***concluída em 30(trinta) dias improrrogáveis***, art. 156, da Lei 5247/1991, todavia, acaso ocorra impossibilidade de conclusão da autoria ou de que o ilícito possui uma gravidade de pena disciplinar superior à suspensão de 30 dias, a comissão de sindicância não deverá aprofundar-se nas pesquisas, uma vez que a falta e a autoria, por conta da complexidade do fato, ***deverá ser apurada por meio de Processo Disciplinar***. Neste caso, a comissão sindicante encerrará o

procedimento e encaminhará o processo, mediante relatório expositivo, à autoridade instauradora da Sindicância. Este procedimento ***consiste em ato preparatório ao PAD***, em que os autos da Sindicância o instruirão.

5. PRINCIPAIS MODELOS PARA SINDICÂNCIA

5.1 - MODELO: 1

Portaria de Designação de Comissão de Sindicância

PORTARIA Nº ....., ... de ..... De 20.....

O Diretor/Presidente/Gerente _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no art. 151 e da Lei 5.247/1991, RESOLVE:

DESIGNAR ....., ... e ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação dos servidores)***, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, com sede em ..... ***(local, cidade e Unidade da UNCISAL)***, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo nº ....., bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Dê-se ciência.

Publique-se.

.....

(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

PUBLICADO

-----/---/----

(Nota: A Portaria deve ser publicada no Diário Oficial do Estado)

5.2 - MODELO: 2

Ata de Instalação da Comissão e de início dos trabalhos

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, aí presentes ....., ... e ....., respectivamente Presidente e Membros da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., procedeu-se à instalação da Comissão e tiveram início os trabalhos relacionados com a apuração dos fatos mencionados na referida portaria, DELIBERANDO-SE preliminarmente ..... ***(indicar a decisão: designar o secretário, comunicar a instalação à autoridade instauradora e à autoridade local, examinar os autos do processo, etc.)***, do que, para constar, eu, ... , na condição de membro da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos.

.....

(Nome e assinatura)

Presidente

.....

(Nome e assinatura)

SECRETÁRIO(A)

.....

(Nome e assinatura)

MEMBRO

5.3 - MODELO: 3

Termo de Fidelidade dos membros

TERMO DE FIDELIDADE

Sindicância Processo nº.....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, na presença do Presidente da Comissão de Sindicância designado pelo Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., compareceu ..... ***(membro)***, como membro desta, para dar início aos trabalhos da referida Comissão. Declarando aceitar o encargo, comprometeu-se a atuar com fidelidade, discrição e prudência, guardando sigilo sobre fatos e ocorrências objeto deste procedimento de apuração.

.....

(Nome e assinatura do membro da Comissão)

Presidente

5.4 - MODELO: 4

Portaria de designação do Secretário da Comissão

PORTARIA Nº ....., de ..... de ..... de 20.....

Sindicância Processo nº .....

Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitora do Câmpus _____/ IFRS ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 152 da Lei nº 5.247/1991, RESOLVE:

DESIGNAR ..... ***(nome, cargo e matrícula do servidor)*** para desempenhar as funções de Secretário da referida comissão.

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

(Nota: É indispensável à publicação da portaria de designação de secretário.)

5.5 - MODELO: 5

Memorando à autoridade instauradora comunicando o início dos trabalhos

MEMORANDO CI Nº .../20...

Sindicância Processo nº .....

..... de ..... de 20...

Ao Sr.

..... ***(nome da autoridade instauradora)***

Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada por V. Sª, por meio da Portaria.... nº ....., de ..... de 20....., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do processo de Sindicância nº ....., COMUNICO que, nesta data ***(ou indicar a data, se diversa da data do memorando)***, a comissão instalou-se na ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)*** e deu início aos seus trabalhos, mediante designação do Secretário e demais deliberações registradas na respectiva ata de instalação e deliberação.

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

(Nota: Além da comunicação do início dos trabalhos à autoridade instauradora, a comissão deverá também comunicar o início dos trabalhos ao titular da unidade onde os trabalhos serão desenvolvidos.)

5.6 - MODELO: 6

Memorando à autoridade local comunicando o início dos trabalhos

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr. ..... ***(nome da autoridade local)***

Diretor/Reitor _____/ ***(identificação do cargo da autoridade local)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada por meio da Portaria.... nº ....., de ..... de 20....., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do processo de Sindicância nº ....., COMUNICO que, nesta data ***(ou indicar a data, se diversa da data do memorando)***, a comissão instalou-se na ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)*** e deu início aos seus trabalhos, mediante designação do Secretário e demais deliberações registradas na respectiva ata de instalação e deliberação.

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.7 - MODELO: 7

Ata de deliberação da comissão

ATA DE DELIBERAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, aí presentes ....., ... e ....., respectivamente presidente e membros da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., DELIBERARAM ..... ***(intimar para depor o denunciante e as testemunhas relacionadas, realizar diligências, solicitar apuração especial, etc.)***, do que, para constar, eu, ... ***(nome do secretário)***, na condição de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Comissão.

.....

(Nome e assinatura)

Presidente

.....

(Nome e assinatura)

SECRETÁRIO(A)

.....

(Nome e assinatura)

MEMBRO

5.8 - MODELO: 8

Intimação para servidor testemunhar

INTIMAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome e matrícula do servidor)***

..... ***(unidade onde exerce seu cargo)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., e tendo em vista o disposto no art. 155 da Lei nº 5.247/1991, INTIMO V. Sª a comparecer perante esta Comissão, que se encontra instalada na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, às ..... horas do dia ..... de ..... de 20....., a fim de prestar depoimento sobre os fatos em apuração no processo administrativo disciplinar nº ..... ***(indicar o nº do processo)***.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.9 - MODELO: 9

Memorando ao chefe da unidade comunicando intimação de servidor para prestar depoimento como testemunha ou para ser interrogado como acusado

MEMORANDO CI Nº …/20…

Sindicância Processo nº .....

..... de ..... de 20....

Ao Sr.

..... ***(nome da autoridade local)***

…… ***(identificação do cargo da autoridade local)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., e tendo em vista o disposto no art. 155 da Lei nº 5.247/1991, COMUNICO a V. Sª que o servidor ..... ***(nome, cargo e matrícula)***, lotado e em exercício nessa ..... ***(indicar o nome da unidade)***, foi, de acordo com o referido artigo, intimado para depor perante esta Comissão de Sindicância, que se encontra instalada na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, às ..... horas do dia ..... de .....de 20....

Outrossim, solicito as providências de V. Sª com vistas ao comparecimento do referido servidor no dia e hora marcados.

Atenciosamente,

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.10 - MODELO: 10

Intimação para não servidor testemunhar

INTIMAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome da testemunha)***

.....***(endereço)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., e tendo em vista o disposto no art. 155 da Lei nº 5.247/1991, INTIMO V. Sª a comparecer perante esta Comissão, que se encontra instalada na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, às ..... horas do dia ..... de ..... de 20....., a fim de prestar depoimento sobre os fatos em apuração no processo administrativo disciplinar nº ..... ***(indicar o nº do processo)***.

Maceió, ... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.11 - MODELO: 11

Termo de inquirição de testemunha

TERMO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, aí presentes ....., ... e ....., respectivamente presidente e membros da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor_____/***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., COMPARECEU o Sr. ..... ***(nome da testemunha – em caixa alta ou negrito - endereço, documento de identidade, CPF, estado civil, naturalidade, idade, cargo e lugar onde exerce a sua atividade)***, a fim de prestar depoimento sobre os atos e fatos relacionados com a referida sindicância. Prestado o compromisso legal, foi advertido de que se faltar com a verdade incorre no crime de falso testemunho, nos termos do art. 342 do Código Penal. Testemunha sem contradita ***(ou havendo contradita: a testemunha ..... (negou ou confirmou) a alegação e ..... (ratificou ou não ratificou) sua isenção para depor)***. Confirma-se ***(ou não)*** o compromisso legal. Questionado pelo Sr. Presidente quanto aos acontecimentos *(fatos)*, declarou: que .....; que .....; que.....; que ..... Perguntado por intermédio do Sr. Presidente, pelo membro Sr. ..... sobre ....., respondeu que: .....; que .....; Indagado pelo Sr. Presidente, disse que .....; que ..... Franqueada a palavra ao acusado ***(ou ao seu procurador, se presente)*** para reinquirir a testemunha, perguntou, por intermédio do Sr. Presidente, ..., ao que foi respondido que ..... ***(ou: Disse não ter nada a perguntar ou a acrescentar ao presente depoimento)***. Ao final foi franqueada a palavra ao depoente para aduzir, querendo, alguma coisa mais que se relacione com o assunto objeto do processo. Usando da palavra acrescentou o seguinte: .....***(ou: Não quis fazer uso da faculdade concedida)***. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. A seguir foi feita a leitura do presente termo para que o depoente, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, de modo a registrar expressamente a espontaneidade de suas declarações, que foram prestadas sem nenhuma forma de coação, ao que disse não ter retificações a fazer, por estar de inteiro acordo com o seu teor. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente, pelos membros da Comissão e demais que se fizeram presentes, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, ... ***(nome do secretário)***, na condição de Secretário da Comissão, lavrei este termo.

....

(Nome e assinatura) **Presidente** *(Nome e assinatura)* **Membro**

....

(Nome e assinatura) **Secretário** *(Nome e assinatura)* **Testemunha**

....

(Nome e assinatura) **Acusado** *(se presente)* *(Nome, OAB e assinatura)* **Procurador do acusado** *(se presente)*

5.12 - MODELO: 12

Intimação para Acareação

INTIMAÇÃO PARA ACAREAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome do acareando)***

..... ***(endereço do acareando)***

Tendo sido notada divergência entre o depoimento de V. Sª e o do ..... ***(identificar o outro acareando)***, nos autos do processo nº ....., designada pelo Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., INTIMO V. Sª a comparecer perante esta Comissão, que se encontra instalada na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, às ..... horas do dia ..... de ..... de 20....., a fim de ser acareado com o mencionado depoente.

..... de ..... de 20 .....

.....

(*Nome e assinatura do Presidente da Comissão)*

Presidente

5.13 - MODELO: 13

Termo de acareação

TERMO DE ACAREAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, aí presentes os Srs. ....., ... e ....., respectivamente presidente e membros da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do Processo nº ....., com a presença do acusado ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do servidor se for o caso)***, do advogado do acusado, Dr. ....., inscrição na OAB nº ....., conforme procuração anexa à fl. ..... do processo, COMPARECERAM os Srs ..... e ..... ***(indicar os nomes - em caixa alta ou negrito)***, já qualificados nestes autos às fls. ..... e ....., a fim de serem acareados em face de divergências encontradas em seus depoimentos ***(indicar a divergência)***. O Sr. Presidente renovou aos acareandos o compromisso legal de dizerem a verdade, sob pena de cometimento do crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal ***(no caso de serem testemunhas)***. O Sr. Presidente, a seguir, perguntou a ..... ***(nome do acareando)*** sobre ..... ***(indicar o conteúdo da pergunta)***, o qual respondeu: que .....; e a ..... ***(nome do outro acareando)*** foi perguntado se ..... ***(esclarecer a pergunta)***, ao que respondeu: que .....

Franqueada a palavra ao acusado ***(ou seu procurador)*** para reinquirir os acareandos referente aos pontos de divergência, não quis fazer uso da faculdade concedida ***(ou perguntou, através do Sr. Presidente, tendo o acareando ..... respondido que .....)***. Nada mais disseram nem lhes foi perguntado, pelo que, na condição de Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

.....	.....
(Nome e assinatura) **Presidente**	*(Nome e assinatura)* **Membro**
.....	.....
(Nome e assinatura) **Secretário**	*(Nome e assinatura)* **Testemunha**
.....	.....

(Nome e assinatura) **Acusado** *(se presente)*

.....

Acareando

(Nome, OAB e assinatura) **Procurador do acusado** *(se presente)*

.....

Acareando

5.14 - MODELO: 14

Termo de diligência

TERMO DE DILIGÊNCIA

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, aí presentes os Srs. ....., ... e ....., respectivamente presidente e membros da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do Processo nº ....., com a presença do acusado ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do servidor)***, do advogado do acusado, Dr. ....., inscrição na OAB nº ....., conforme procuração anexa à fl. ..... do processo, REALIZARAM DILIGÊNCIA junto ao ..... ***(indicar o objeto ou local da diligência)***, objetivando apurar ..... ***(indicar o objetivo da diligência)***, conforme deliberação consignada na Ata de Deliberação, datada de ..../...../.... , constante das fls. ..... do processo nº ....., da qual foi notificado o acusado para que, se desejasse, acompanhasse e apresentasse quesitos que entendesse necessários ao esclarecimento dos fatos. Em seguida, dirigiram-se os mesmos ao local antes referido ***(recomenda-se a apresentação da Comissão ao Diretor da Unidade antes do início da diligência propriamente dita e descrever os fatos da diligência)***. Ao final ..... ***(relatar a conclusão)***. Providenciou-se, nessa ocasião, a extração de cópias de ..... documentos, que fazem parte integrante deste Termo como seus anexos. Retornando à sede da Comissão, a presente diligência encerrou-se, daí porque, para constar, eu, ... ***(nome do Secretário)***, na condição de Secretário, lavrei o presente Termo, que vai assinado por todos os presentes.

.....	.....
(Nome e assinatura) **Presidente**	*(Nome e assinatura)* **Membro**
.....	.....
(Nome e assinatura) **Secretário**	*(Nome e assinatura)* **Testemunha**
.....	.....
(Nome e assinatura) **Acusado** *(se presente)*	*(Nome, OAB e assinatura)* **Procurador do acusado** *(se presente)*

5.15 - MODELO: 15

Portaria de designação de peritos

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE PERITOS

Sindicância Processo nº .....

PORTARIA Nº ....., de ..... de ..... 20.....

O Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 155, da Lei nº 5.247/1991, RESOLVE:

DESIGNAR os Srs. ....., ... e ..... ***(indicar o nome dos peritos; se for servidor indicar também o cargo, matrícula e lotação)*** para funcionarem como Peritos no ..... ***(inventário, exame contábil, conferência de valores, avaliação de bens, etc.)*** que se achavam sob a guarda ***(ou responsabilidade)*** de ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do acusado)***.

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.16 - MODELO: 16

Quesitos da comissão para o perito

QUESITOS DA COMISSÃO PARA O PERITO

Sindicância Processo nº .....

A fim de dissipar as dúvidas suscitadas sobre os bens ou processo ***(objeto de análise)*** nº ....., a que se refere o presente processo de nº ....., mais precisamente quanto aos documentos insertos nas suas fls. ..... a ....., versando sobre ....., solicita-se ao Sr. Perito que proceda a minucioso exame dos mesmos, sob o ponto de vista estritamente técnico, esclarecendo, em seguida, a esta Comissão as dúvidas constantes dos quesitos abaixo:

Primeiro: Qual a .....

Segundo: O que .....

Último: Queira o Sr. Perito aduzir, suplementarmente, quaisquer outros esclarecimentos pertinentes ao assunto e que sejam de interesse para a apuração objeto desta Sindicância.

..... de .....de 20.....

.....

(Nome e assinatura)

Presidente

....

(Nome e assinatura) *(Nome e assinatura)*

Membro **Membro/Secretário**

(Nota: Acrescentar também eventuais quesitos apresentados pelo acusado, que deverá ser instado pela comissão para esse fim.)

5.17 - MODELO: 17

Termo de juntada de Documentos

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., em vista de decisão constante na Ata de Deliberação de ..../.../....., fl. ..... ***(ou em vista de despacho do Sr. Presidente da Comissão de Sindicância)***, juntei ao presente processo os documentos especificados a seguir, que formei nesta data, os quais foram identificados com o número do presente processo, o nome do interessado e o número seqüencial de anexo.

Especificação:

DOCUMENTO I:

.....

(deve constar a descrição sintética do conteúdo do anexo e a quantidade de folhas nele contidas)

DOCUMENTO II:

.....

(deve constar a descrição sintética do conteúdo do anexo e a quantidade de folhas nele contidas)

DOCUMENTO III:

.....

(deve constar a descrição sintética do conteúdo do anexo e a quantidade de folhas nele contidas)

Do que, para constar, lavrei, na condição de Secretário da Comissão, o presente termo.

.....

(Nome e assinatura)

Secretário

5.18 - MODELO: 18

Termo de abertura de vista (ou de concessão de cópia)

TERMO DE VISTA EM PROCESSO (OU DE CONCESSÃO DE CÓPIA)

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., ABRO VISTA das peças ***(ou FORNECI cópia digitalizada de fls ..... a .....)*** do processo nº ..... ao servidor ***(ou seu procurador)*** .....

Do que para constar, na condição de Secretário da Comissão, lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

.....

(Nome e assinatura)

Membro/Secretário

Declaro que, nesta data, na sala ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua,***

nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão), tive vista dos autos do processo nº ....., constituído de ..... volumes e ..... folhas, manuseando à vontade todas as suas peças, sob vistas do Secretário ***(ou do membro .....)*** da respectiva Comissão, durante o horário de ..... às ..... horas ***(ou recebi cópia digitalizada de fls ..... a ..... do processo administrativo disciplinar nº .....)***.

.....

(Nome do acusado/indiciado ou de seu procurador)

5.19 - MODELO: 19

Termo de indiciação do acusado (servidor)

TERMO DE INDICIAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

A Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do Processo nº ....., tendo ultimado a coleta de provas, com a audiência de ..... ***(tantas)*** testemunhas, com a realização de ..... ***(tantas)*** diligências e de ..... ***(tantas)*** perícias ***(se for o caso)*** e com a juntada dos respectivos documentos aos autos, decide, para o fim previsto no art. 157 da Lei nº 5.247/1991, enquadrar a infração disciplinar e INDICIAR o servidor ..... ***(nome, cargo, matrícula, lotação do acusado)***, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Ao servidor ..... ***(nome do indiciado)***, é atribuída responsabilidade pela prática das seguintes irregularidades:

(apontar resumidamente os tópicos principais, incluindo o que disseram as testemunhas e revelaram as diligências, enquadrando a infração, ou seja, mencionando os dispositivos da Lei nº 5.247/1991 que foram infringidos com a conduta do servidor);

a) que ..... ***(idem)***;

b) que ..... ***(idem)***.

Tendo sido, assim, coletados os dados suficientes para que a Comissão formasse sua convicção preliminar sobre os fatos em apuração, acham-se os autos em condições de obter vista do indiciado, que deverá ser imediatamente citado para apresentar defesa, na forma do art. 161 da Lei nº 8.112/90.

..... de .....de 20.....

.....	.....	.....
(Nome e assinatura)	*(Nome e assinatura)*	*(Nome e assinatura)*
Presidente	**Membro**	**Membro/Secretário**

Notas:

1. Citar obrigatoriamente as folhas dos autos onde constam as provas que firmaram a convicção da comissão.

2. No caso de eventual descumprimento de normas por parte do indiciado (infringências contidas na Lei nº 5.247), identificar o artigo da norma descumprida (IN, Portaria, Lei, etc...).

3. No caso de menção a depoimentos testemunhais, identificar qual (is) a(s) parte(s) do depoimento que determinou (aram) a convicção da comissão.

5.20 - MODELO: 20

Termo de imputação de responsabilidade do acusado (não servidor)

TERMO DE IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Sindicância Processo nº .....

A Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., tendo ultimado a coleta de provas, com a audiência de ..... ***(tantas)*** testemunhas, com a realização de ..... ***(tantas)*** diligências e de ..... ***(tantas)*** perícias ***(se for o caso)*** e com a juntada dos respectivos documentos aos autos, decide, para o fim previsto no art. 157 da Lei nº 5.247/1991, enquadrar a infração disciplinar e IMPUTAR RESPONSABILIDADE a ..... ***(nome e qualificações do não servidor)***, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Ao Sr. ..... ***(nome do imputado)***, é atribuída responsabilidade pela prática das seguintes irregularidades:

(apontar resumidamente os tópicos principais, incluindo o que disseram as testemunhas e revelaram as diligências, sem, contudo, fazer qualquer menção a dispositivos da Lei nº 5.247/1991, haja vista não se tratar de servidor público);

a) que ..... ***(idem)***;

b) que ..... ***(idem)***.

Tendo sido, assim, coletados os dados suficientes para que a Comissão formasse sua convicção preliminar sobre os fatos em apuração, acham-se os autos em condições de obter vista do ora imputado, que deverá ser imediatamente citado para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias.

..... de .....de 20.....

.....	.....	.....
(Nome e assinatura)	*(Nome e assinatura)*	*(Nome e assinatura)*
Presidente	**Membro**	**Membro/Secretário**

Notas: 1. Citar obrigatoriamente as folhas dos autos onde constam as provas que firmaram a convicção da comissão.

2. No caso de eventual descumprimento de normas por parte do imputado, identificar apenas o artigo da norma descumprida (IN, Portaria, Lei, etc...), sem, contudo, fazer qualquer menção a dispositivos da Lei nº 5.247/1991, em vista de não se tratar de servidor público.

3. No caso de menção a depoimentos, identificar qual (is) a(s) parte(s) que determinou (aram) a convicção da comissão.

5.21 - MODELO: 21

Intimação de acusado (servidor) para interrogatório

INTIMAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome do acusado)***

..... ***(unidade onde exerce suas funções)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do processo nº ....., e, com fulcro no art. 154 da Lei nº 5.247/1991, INTIMO V. Sª a comparecer perante este colegiado para fins de ser interrogado sobre os atos e fatos do mencionado processo disciplinar, no dia ..../...../20...., às ..... horas.

Destaco que o interrogatório será realizado na sede desta comissão, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***.

..... de ..... de 20 .....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

Ciente em ____/____/____

_____

(Nome e assinatura do acusado)

5.22 - MODELO: 22

Intimação de acusado (não servidor) para interrogatório

INTIMAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome do acusado)***

..... ***(unidade onde exerce suas funções)***

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do processo nº ....., e, com fulcro nos arts. 154, da Lei nº 5.247/1991, INTIMO a V. Sª comparecer perante este colegiado para fins de ser interrogado sobre os atos e fatos do mencionado processo disciplinar, no dia ..../...../20...., às .... horas.

Destaco que o interrogatório será realizado na sede desta comissão disciplinar, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***.

..... de ..... de 20 .....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

Ciente em ____/____/____

_____

(Nome e assinatura do acusado)

5.23 - MODELO: 23

Termo de interrogatório de acusado

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Sindicância Processo nº .....

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., às ..... horas, na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, aí presentes os Srs. ....., ... e ....., respectivamente presidente e membros da Comissão de Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., objeto do Processo nº ....., com a presença do acusado ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do servidor)***, do advogado do acusado, Dr. ....., inscrição na OAB nº ....., conforme procuração anexa à fl. ..... do processo, aí COMPARECEU o Sr. ..... ***(nome, cargo, matrícula, lotação, documento de identidade, CPF, estado civil e naturalidade do acusado)*** , a fim de ser interrogado sobre os atos e fatos que lhe são atribuídos no presente processo de nº ....., do qual foi regularmente notificado, conforme documento de fl. ..... . O Sr. Presidente observou ao acusado que não está obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas e o seu silêncio não importará em confissão, nem será interpretado em prejuízo de sua defesa. A seguir, o Sr. Presidente perguntou ..... ***(indicar o conteúdo da pergunta)***, ao que respondeu: que ..... ***(indicar a resposta ou que se absteve de responder)***. Perguntado por intermédio do Sr. Presidente, pelo vogal Sr. ..... sobre ....., respondeu: que ..... Encerradas as perguntas, foi franqueada a palavra para o acusado para que se desejasse acrescentar mais alguma coisa que se relacionasse com o assunto objeto do processo, ao que respondeu que ..... ***(registrar o que acrescentou ou que disse não ter mais nada a acrescentar ou esclarecer)***. A seguir foi feita a leitura do presente termo para que o acusado, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, de modo a registrar expressamente a espontaneidade de suas declarações, que foram prestadas sem nenhuma forma de coação, ao que disse não ter retificações a fazer, por estar de inteiro acordo com o seu teor. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que, na condição de Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

....

(Nome e assinatura) *(Nome e assinatura)* *(Nome e assinatura)*

Presidente **Membro** **Membro/Secretário**

....

(Nome e assinatura) *(Nome, inscrição na OAB e assinatura)*

Acusado *(se presente)* **Procurador do acusado** *(se presente)*

5.24 - MODELO: 24

Citação de servidor para apresentar defesa

CITAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do indiciado)***

..... ***(unidade onde exerce suas funções ou endereço residencial se estiver afastado do serviço, conforme art. 154 da Lei nº 5.247/1991)***

De acordo com o disposto no *caput* e § 1º do art. 154 da Lei nº 5.247/1991 e tendo em vista o que consta do processo nº ....., no qual V. Sª foi notificado para acompanhar como acusado, conduzido pela Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., fica V. Sª CITADO para, no prazo de 05 ***(cinco)*** dias, arrolar testemunhas e apresentar provas documentais no referido processo, permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, nos dias úteis, das ..... às ..... horas e das .... às ..... horas.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

Ciente em ____/____/____

_____

(Nome e assinatura do indiciado)

5.25 - MODELO: 25

Citação de não servidor para apresentar defesa

CITAÇÃO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr.

..... ***(nome do imputado)***

..... ***(unidade onde exerce suas funções)***

De acordo com o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e tendo em vista o que consta do processo nº ....., no qual V. Sª foi notificado para acompanhar como acusado, conduzido pela Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., fica V. Sª CITADO para, **no prazo de 05 *(cinco)*** dias, conforme art.153, inciso V, da Lei nº 5.247/1991, apresentar defesa no referido processo, permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, nos dias úteis, das ..... às ..... horas e das .... às ..... horas.

Em anexo, segue cópia integral do Termo de Imputação de Responsabilidade, correspondente às fls. ..... a ..... do referido processo administrativo.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

Ciente em ____/____/____

_____

(Nome e assinatura do indiciado)

5.26 - MODELO: 26

Citação, por edital, de indiciado que se encontra em lugar incerto e não sabido

EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDOR

Sindicância Processo nº .....

O Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor_____/***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 1º, do art. 154 da Lei nº 5.247/1991, CITA, pelo presente edital, ... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do indiciado)***, para, no prazo de 15 (quinze dias, a partir da publicação deste, comparecer na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***, a fim de apresentar defesa no processo nº ..... a que responde, sob pena de revelia.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.27 - MODELO: 27

Termo de revelia

TERMO DE REVELIA

Sindicância Processo nº .....

Na condição de Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Diretor/Reitor _____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ....., de ..... de ..... de 20....., e, tendo em vista o não comparecimento do acusado, DECLARO a revelia do servidor ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação)***, indiciado no presente processo de nº ....., regularmente citado (conforme consta às fls. ..... ou ***por edital publicado no Diário Oficial da União e no Jornal ..... (nome do jornal), conforme comprovam os documentos de fls..... a .....***), por não ter apresentado defesa no prazo legal e nem nomeado procurador para fazê-la.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.28 - MODELO: 28

Memorando solicitando a designação de defensor dativo

MEMORANDO CI Nº .../20...

Sindicância Processo nº .....

..... de ..... de 20.....

Ao Sr.

..... ***(nome da autoridade instauradora)***

Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***

Tendo em vista que o servidor ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação)***, indiciado no processo nº ....., instaurado por V. Sª por meio da Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E nº ....., de ..... de ..... de 20....., passado o prazo legal para apresentar a defesa e sendo declarado revel, SOLICITO que lhe seja nomeado defensor dativo, nos termos do § 2º do art. 174 da Lei nº 5.247/1991.

Atenciosamente,

.....

(Nome e assinatura do Presidente da Comissão)

Presidente

5.29 - MODELO: 29

Portaria de designação de defensor dativo

PORTARIA Nº ....., de ..... de .....de 20.....

Sindicância Processo nº .....

O Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, no uso de suas atribuições e tendo em vista a solicitação contida no Memorando CI nº ...../..., de ..... de ..... de 20..., bem como o disposto no § 2º do art. 174 da Lei nº 5.247/1991, RESOLVE:

DESIGNAR ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação do servidor)*** como defensor dativo para apresentar, no prazo de 15 (quinze), defesa no processo nº .....,sendo que o indiciado não atendeu, no prazo legal, a citação para apresentar defesa. Destaque-se que deve ser garantida vista dos respectivos autos na ..... ***(indicar o endereço: prédio, rua, nº, andar, sala onde se encontra instalada a Comissão)***.

Dê-se ciência.

Publique-se.

.....

(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

Diretor/Reitora do Câmpus _____/ IFRS

5.30 - MODELO: 30

Relatório da comissão

RELATÓRIO

Sindicância Processo nº .....

Ao Sr..... ***(nome da autoridade instauradora)***

Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***

A Comissão de Sindicância designada por V. Sª, por meio da Portaria nº ...., de ..... de ..... de 20...., publicada no D.O.E. nº ...., de ..... de ..... de 20....., para apurar os fatos e irregularidades relacionadas com ..... ***(relatar sucintamente as irregularidades bem como os nomes, matrículas e os cargos exercidos pelos acusados)***, após a audiência de ..... ***(tantas)*** testemunhas, da realização de ..... ***(tantas)*** diligências e após apreciar a defesa dos indiciados vem, fulcro no art. 157 da Lei nº 5.247/1991, apresentar o respectivo RELATÓRIO.

1 - Da instauração

Vieram os fatos ao conhecimento de V. Sª através de ***(ou em virtude de)*** ..... ***(esclarecer)***, pelo que V. Sª houve por bem baixar a Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20....., designando esta Comissão para apurar as irregularidades apontadas.

2 - Da instrução

Do que foi possível a esta Comissão apurar, verifica-se:

I) que ..... ***(relatar, com precisão e sem comentários, os acontecimentos)***;

II) que ..... ***(idem)***;

III) que ..... ***(idem)***.

3 - Da defesa

Das defesas acostadas nos autos, cumpre fazer os seguintes comentários, para efeito, principalmente, de confrontá-las com o que se contém no capítulo anterior, tal como se vê abaixo:

I) servidor ..... ***(nome do indiciado e comentários)***;

II) servidor ..... ***(idem)***.

4 - Conclusões

Definida a situação de cada um dos acusados, concluímos:

I - quanto ao acusado ..... ***(nome, cargo, lotação e matrícula do indiciado)***:

a) que praticou ..... ***(tecer os comentários cabíveis precisando a culpa ou a inocência)*** conforme demonstrado nos documentos de fls. .., tendo violado portanto a ***(Lei, Portaria, IN, etc.)***, infringindo o inc. ..... do art. ..... da Lei nº 5.247/1991 ***(citar também eventuais atenuantes e agravantes)***;

b) que ..... ***(idem)***;

c) que ..... ***(idem)***;

II - quanto ao acusado ..... ***(nome, cargo, lotação e matrícula do indiciado)***:

a) que praticou ..... ***(tecer os comentários cabíveis precisando a culpa ou a inocência)*** conforme demonstrado nos documentos de fls. .., tendo violado portanto a

(Lei, Portaria, IN, etc.), infringindo o inc. ..... do art. ..... da Lei nº 5.247/1991 ***(citar também eventuais atenuantes e agravantes)***;

b) que ..... ***(idem)***;

c) que ..... ***(idem)***;

III - quanto ao acusado ..... ***(nome, cargo, lotação e matrícula do indiciado)***:

a) que ..... não tendo violado dispositivo legal ***(se for o caso)***;

b) que ..... ***(idem)***;

c) que ..... ***(idem)***.

Este é o relatório.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura)

Presidente

....

(Nome e assinatura) *(Nome e assinatura)*

Membro **Membro/Secretário**

5.31 - MODELO: 31

Julgamento

JULGAMENTO

Sindicância Processo nº .....

(Casos de arquivamento ou de a(s) pena(s) proposta(s) e a ser (em) aplicada(s) não exceder (em) a suspensão de até 30 dias)

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a ..... e a ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação dos servidores)***:

1. ACATO o relatório da Comissão de Sindicância....;

2. APROVO o Parecer nº ....., de fls. ....., parte integrante desta decisão, que opina pela regularidade dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formal e material;

3. JULGO que o servidor .... ***(nome do servidor responsabilizado)*** ..... ***(reproduzir a descrição do enquadramento, tal como "faltou ao dever de observar normas legais e regulamentares" ou "inobservou a proibição de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato", por exemplo)***, previsto ***(a)*** no art. 157, inciso II da Lei nº 5.247/1991;

4. DECIDO pela aplicação da penalidade de advertência, art. 129, inciso I, ***(OU DE SUSPENSÃO POR 30. DIAS)*** ao servidor ..... ***(nome do servidor responsabilizado)***, prevista no art. 129, inciso II ou no ***caso de aplicação originária de suspensão por reincidência no art. 131,*** todos da Lei nº 5.247/1991;

5. DETERMINO, em decorrência, a expedição de portaria para aplicação da penalidade de advertência ***(ou de suspensão)*** ao servidor ..... ***(nome do servidor responsabilizado)***, a ser publicada no D.O.E.;

6. JULGO o servidor ..... ***(nome do servidor absolvido)*** isento de responsabilidade e pena;

7. DETERMINO, ainda, os consecutivos envios do processo:

a) À ..... ***(Unidade de ocorrência dos fatos)***, para conhecimento, por parte do ..... ***(identificação do cargo da autoridade local - Superintendente, Delegado, Inspetor-Chefe, etc)***, das conclusões e recomendações ***(se houver)*** constantes do relatório

da Comissão e para ciência dos servidores ..... e ..... ***(nome dos servidores que figuraram como acusados)***;

b) À ..... ***(Unidade de projeção local de gestão de pessoas)***, para registro do fato e da penalidade nos assentamentos funcionais do servidor ..... ***(nome do servidor responsabilizado)***;

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

Nota: Caso haja somente julgamento de absolvição, aplica-se apenas o inciso I, do art.157 da Lei nº 5.247/1991.

a) À ..... **(Unidade de projeção local de gestão de pessoas)**, para registro do fato nos assentamentos funcionais do servidor ..... ***(nome do servidor responsabilizado)***;

5.32 - MODELO: 32

Despacho da autoridade instauradora, agravando penalidade de suspensão

DESPACHO

Sindicância Processo nº .....

(Caso de proposta de pena(s) de advertência ou de suspensão, por parte da Comissão, e autoridade instauradora entende que deva(m) ser de suspensão superior a 30 dias)

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a ..... e a ..... ***(nome, cargo, matrícula e lotação dos servidores)***, e considerando que:

□□□o processo observou o rito determinado pela Lei nº 5.247/1991, assegurando ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

□□□o Parecer nº ....., de fls. ....., opina pela regularidade formal do apuratório e propõe aplicação de pena de suspensão de ..... dias, que excede a alçada desta autoridade instauradora, conforme estabelece o mesmo dispositivo legal;

APROVO o Relatório da Comissão, sob ponto de vista formal, e o Parecer nº ....., parte integrante deste despacho, e ENCAMINHO o presente processo para a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, para abertura de PROCESSO ADIMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

..... de ..... de 20.....

.....

(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

5.33 - MODELO: 33

Portaria de aplicação de penalidade

PORTARIA Nº ....., de ..... de ..... de 20.....

Sindicância Processo nº .....

O Diretor/Reitor_____/ ***(identificação da autoridade instauradora)***, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.247, de 26 de julho de 1991, com fundamento no art.129, incisos I ou II, combinado com o art. 130 ***ou "o art. 132", no caso de aplicação originária de suspensão ou por reincidência;*** todos da mesma Lei, e tendo em vista o que consta do processo nº ....., RESOLVE:

ADVERTIR (ou SUSPENDER POR ..... DIAS, de ...../...../..... a ...../...../.....) ..... ***(nome, cargo, lotação e matrícula do servidor)***, por ter ..... ***(reproduzir a descrição do enquadramento, tal como "faltado ao dever de observar normas legais e regulamentares" ou "inobservado a proibição de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato", por exemplo)***.

Publique-se.

.....

(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

6 - BIBLIOGRAFIA

1. REGIMENTO JURIDICO ÚNICO – SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS – ANOTADO.
2. MANUAL – CONSULTRE – PROCESSO ADMINISTRTAIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA – 2014
3. FLUXOGRAMA – ADAPTADO DA UNEMAT
4. MINSITÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLÓGICO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL.